



Proteção Ambiental

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Ambiental

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Art. 23, incisos VI e VII

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;

Art. 129, incisos III

Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

Legislação Federal

| Legislação | Ementa |
|---|---|
| <u>Lei complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011.</u> | Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a <u>Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.</u> |
| <u>Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010</u> | Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. |
| <u>Decreto nº 6.321, de 21 de dezembro de 2007</u> | Dispõe sobre ações relativas à prevenção, monitoramento e controle de desmatamento no Bioma Amazônia, bem como altera e acresce dispositivos ao Decreto no 3.179, de 21 de setembro de 1999, que dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. |
| <u>Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000</u> | Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, e dá outras providências. |
| <u>Lei nº 6.902, de 27 de abril de</u> | Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de |



Proteção Ambiental

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Ambiental

1981.

Proteção Ambiental e dá outras providências.

Legislação Estadual

| Legislação | Ementa |
|--|---|
| <u>Lei nº 2318, de 22 de setembro de 1994.</u> | Autoriza o Poder Executivo a criar a Reserva Ecológica de Ilha Grande, nos seguintes termos. |
| <u>Lei nº 2195, de 17 de dezembro de 1993.</u> | Institui a Área de Proteção Ambiental - APA - da Ilha do Camembê, na Baía de Guanabara, no município do Rio de Janeiro. |
| <u>Lei nº 2189, de 5 de dezembro de 1993.</u> | Dispõe sobre a criação de Área de Proteção Ambiental – APA - Tijuca, no município do Rio de Janeiro. |



**Banco do
Conhecimento**

Proteção Ambiental

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Ambiental

**Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento da
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento**

Data da atualização: 02.07.2015

Para sugestões, elogios e críticas: jurisprudencia@tjri.jus.br